



A Interferência da Universidade na vida dos Egressos de Ciências Contábeis no Centro Universitário Municipal de São José – USJ

Resumo

Os alunos de graduação adquirem conhecimento acadêmico-profissional e tem a evolução em suas vidas por intermédio da Universidade. Com o intuito de investigar essa relação entre o acadêmico e a sua evolução profissional é que foi feita a pesquisa, que tem o foco em identificar a influência da universidade na vida dos egressos, na universidade e no cenário atual do mercado. Para esta análise foi desenvolvido um questionário, aplicado aos 79 egressos do período de 2013 a 2017 do Centro Universitário Municipal de São José, do curso Bacharel em Ciências Contábeis. O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e abertas, aplicado no período de maio e junho de 2018. A pesquisa foi quantitativa e qualitativa, sendo realizado o levantamento de dados que apontaram indicadores do desenvolvimento profissional, ao qual notou-se que a Universidade é um diferencial no mercado e através disto faz com que os egressos, ocupem posições em diversas áreas da contabilidade, devido ao seu campo abrangente de atuação. Notou-se em uma parte dos egressos que possuem interesse em especializar-se são os egressos a menos tempo, compondo um público mais jovem.

Palavras-chave: Contabilidade; áreas de atuação; mercado.

Área Temática: Influência do Ensino da contabilidade.





1 INTRODUÇÃO

A exigência do mercado demonstra que a universidade se tornou um complemento básico, em relação há alguns anos. Logo, ao se formar em uma academia de qualidade o egresso dispõe de um diferencial perante os concorrentes da área, sentindo-se mais preparado para os desafios que estarão por vir. Mas para que isto ocorra é necessário que esta troca entre a Universidade e os egressos, seja proveitosa, durante a sua caminhada nestes quatro anos e desenvolvendo um profissional qualificado.

Apesar disso, para que o egresso se destaque perante os seus concorrentes é necessário que ele esteja em constante aprimoramento, através de leituras de periódicos, cursos e especializações. Com um vasto campo de atuação, o profissional contábil está habilitado para atuar em diversos segmentos dentro do mercado de trabalho. Entre esses segmentos estão áreas como: contador de empresas, controladoria, auditoria, carreira pública, tributária, docência.

O Centro Universitário Municipal de São José foi criado em 2005, através da Lei Municipal 4219, tornando-se a primeira Universidade Municipal do País. Possui uma administração indireta através da FUNDESJ (Fundação Municipal Educacional). O USJ foi desenvolvido com o intuito de proporcionar ensino público e qualificado para seus alunos de forma gratuita, e auxiliando o desenvolvimento na sociedade, disponibilizando profissionais capacitados para estimular e comportar o crescimento da região. A instituição oferta cinco cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Ciências da Religião, Ciências da Computação. De acordo com o MEC (Ministério da Educação), no ano de 2016 a instituição apresentou o índice 3 na qualificação geral dos cursos, detendo um bom ensino superior.

A pesquisa foi aplicada com 79 egressos do curso Bacharel em Ciências Contábeis do período de 2013 a 2017, do Centro Universitário Municipal de São José, com o seguinte objetivo: **Verificar a interferência da Universidade na vida dos egressos do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Municipal de São José (USJ) em relação a sua instalação no mercado de trabalho, remuneração e áreas de atuação dos egressos.**

A explanação iniciará com a contextualização do surgimento da contabilidade, a contabilidade no Brasil, e do curso de ciências contábeis. Em seguida, serão apresentados dados coletados, evidenciando as principais áreas de atuação do egresso da USJ.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

A contabilidade já estava presente nos séculos passados, isto fica evidenciado nos registros rupestres. Desta forma os homens primitivos detinham o controle sobre os bens que possuíam, identificando assim as oscilações ocorridas no patrimônio, isto ocorria por meio de movimentações com trocas de mercadorias, rebanhos, entre outros.





De acordo com Franco (1997, p. 21), a contabilidade:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Como se pode observar, o objeto da contabilidade é o patrimônio, porém ele não visa somente quantificar as mudanças, e sim avaliar de forma qualitativa a evolução dele, seja de forma positiva ou negativa.

2.1.1 Contabilidade Histórica

A contabilidade surgiu no Oriente Médio e Extremo Oriente, por volta de 2300 a.c., recebendo assim influência dos conhecimentos ofertados pelos filósofos Platão, Aristóteles, Pitágoras.

Os registros contábeis já eram notados naquele período, evidenciando as variações decorrentes das trocas, mais conhecida como escambo, e auxiliando no desenvolvimento das atividades envolvidas.

Após a invasão de nômades nas cidades da Ásia, Europa, China, por volta do século I a V, ocorreu um retrocesso na economia, sendo este um momento histórico de escassez, as atividades econômicas voltaram-se para a subsistência, logo a contabilidade também não desenvolveu neste período.

Foi somente com a evolução do Islamismo e do Império Turco que avançava rumo a Jerusalém é que a contabilidade voltou a se desenvolver. Nesse período, as guerras promovidas em prol da Terra Santa propiciaram viagens e a retomada do comércio na região do mediterrâneo. Na Itália desenvolveu-se o mercado de lãs e sedas, possibilitando o surgimento de novas empreitadas que se pudessem controlar as rotas comerciais.

Logo Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, John Cabot e outros seguiram o exemplo de Colombo nas suas navegações, porem para minimizar estes gastos e ter um poder de barganha nas operações. Formaram uma empresa de capital em conjunto no qual todo aplicavam determinada quantia e detinham parte dos rendimentos na proporção de sua aplicação, sendo assim chamada de participação de liquidação. Dessa forma conseguiram identificar de maneira distinta a personalidade do “sócio” e da “empresa”.

Sá (1997, p.35) afirma que:

Melis lança a tese comprovada em sua Storia della ragioneria, do nascimento das partidas dobradas na região da Itália denominada Toscana, entre 1250 e 1280 de nossa era, mas teses consideradas em Congressos Internacionais de História apresentaram provas de que a difusão de livros contábeis, ensinando métodos semelhantes já existia no Oriente médio há mais tempo, e um dos autores árabes fala do processo nas cortes do Egito, no início da Idade Média.





Hendriksen e Van Breda compartilham do mesmo entendimento, ou seja, que o surgimento do método das partidas dobradas, ocorreu antes da publicação em 1494 pelo Frei Luca Pacioli. Relatam ainda que estes lançamentos foram encontrados em demonstrativos específicos de algumas entidades comerciais, por volta de 1340.

Foi oficializado entre os séculos XII e XIII, na Itália, em Gênova, a publicação em latim, do método das partidas dobradas, no qual foi desenvolvido pelo Frei Luca Pacioli, através de sua obra Summa de arithmetica, geometrica, proportioni et proportionality.

De acordo com Sá “Tal procedimento de escriturar baseia-se no princípio de que todo credito sempre corresponde um debito de igual valor e vice-versa” (SÁ, 2010, p. 23).

Por meio da influência de Luca Pacioli, foram desenvolvidas algumas escolas e teorias no desenvolvimento da contabilidade, por volta do século XVIII, após a divulgação do método das partidas dobradas, surgiu a escola contista, analisavam a influência das contas nas escriturações contábeis, pois neste período o entendimento do que era contabilidade estava relacionada a escrituração. Com isto surgiu a teoria das cinco contas que tinha como objetivos evidenciar as principais contas utilizadas nas operações comerciais, tais como: Mercadorias, dinheiro, efeitos a receber, efeitos a pagar, lucros e perdas.

2.1.2 Ensino da contabilidade no Brasil

O primeiro desenvolvimento do ensino da contabilidade no Brasil se desenvolveu primeiramente por meio das aulas públicas de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, cujo idealizador foi José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. Em 1809 foram ofertadas as aulas de comércio no Rio de Janeiro e Maranhão, mas como não haviam docentes qualificados para o desenvolvimento deste curso no Rio de Janeiro, somente foi desenvolvido no Maranhão.

Por meio do Decreto Nº 456 de 06/07/1846 ocorreu a regulamentação das Aulas de Comércio no Rio de Janeiro, desta forma determinavam que a duração do curso fosse de dois anos, sendo apresentadas as seguintes matérias: Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação de Livros, já no segundo ano as matérias eram a História Geral do Comércio e Arte de arrumação de livros. Para que o aluno pudesse ingressar neste curso deveria atender a alguns requisitos como ter mais de quatorze anos, fazer o exame sobre a gramática da língua nacional, aritmética, língua francesa ou inglesa.

Por volta do século XIX, ocorreram algumas alterações no curso de aulas de comércio, no qual passou a se chamar Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sendo distribuído em quatro cadeiras, à primeira era Contabilidade e Escrituração Mercantil e a segunda Escrituração e Legislação da Fazenda.

Em 1850 foi desenvolvido o código comercial devido às mudanças econômicas que estavam ocorrendo no período, concomitantemente o curso também apresentou algumas modificações. Tornando-se mais exigível para inserção na graduação, e aumentou o período de duração sendo em quatro anos. Contudo todas estas exigências fizeram com que tivesse uma baixa procura e com isto o Instituto Comercial do Rio de Janeiro deixa de existir.





A primeira escola de contabilidade no Brasil foi a Escola de Comércio Álvares Penteados, por volta de 1902, utilizavam como referência para o seu estudo e aplicação às teorias italianas. Porém, neste mesmo ano foram desenvolvidos novos estudos utilizando as teorias norte-americanas, devido à instalação de empresas do exterior no Brasil.

O Decreto Nº 1339 de 09/01/1905, propiciou o desenvolvimento da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, que disponibilizava diplomas para validar os cursos ofertados em dois segmentos:

- Formação Geral e Prática, neste caso era a parte operacional do processo: o guarda livros, atuação na área da Fazenda, comercial, perito judicial e também escrituração mercantil;
- Outra vertente do curso estava relacionada com atuação mais intelectual como: agentes, consultores, comércio e relação com o exterior, contabilidade bancária e de grandes empresas.

Com o avanço da contabilidade no Brasil, alguns importantes acontecimentos que foram vivenciados, dentre eles a organização comercial, a regulamentação da profissão contábil em 1945 e a Lei das sociedades por ações que foi publicada pelo decreto nº 2.627/40 revogada pela lei atual nº 6.404/76.

A criação do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), em 1946 regido pelo decreto lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, foi uma forma de padronizar os acontecimentos dentro da contabilidade. De acordo com a lei nº 11.160/05 o CFC tem por finalidade principal de orientar, normatizar e fiscalizar o desempenho da profissão contábil no âmbito federativo com a interposição dos Conselhos Regionais de Contabilidade. No ano de 1946 foi criado junto do CFC o CRC o Conselho Regional de Contabilidade tem por finalidade orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil de uma determinada região.

Por meio da lei nº 12.249/10 foi regulamentado a obrigatoriedade do exame de suficiência para os profissionais da área contábil, este exame avalia a qualificação e o entendimento que o profissional detém acerca da contabilidade.

Pode se dizer que o progresso da contabilidade passou por duas fases, a primeira trazendo a implementação de estudos que foram desenvolvidos por grandes pensadores, destacando-se Carlos de Carvalho, que escreveu o livro *Estudos de Contabilidade* em 1995 demonstrando a preocupação com as regras e os princípios contábeis no momento da sua aplicabilidade. Além de Carlos, outros pensadores foram fundamentais no crescimento da contabilidade, Francisco D'Auria e Frederico Herrmann Junior.

Para Frederico Herrmann Júnior (1970, p. 58):

Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio à disposição das aziendas, em seus aspectos estático e dinâmico e em suas variações, para enunciar, por meio de fórmulas racionalmente deduzidas, os efeitos da administração sobre a formação e a distribuição dos réditos.





Na primeira fase do desenvolvimento da contabilidade destacaram-se tópicos importantes realizados, a utilização da legislação no crescimento da contabilidade e a influência que as escolas Italianas tiveram no desenvolvimento contábil.

No segundo período grandes pensadores obtiveram retornos satisfatórios nas pesquisas na área contábil, desenvolvidas no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP-Instituição de Curso de Ciências Contábeis. Estudiosos adotaram novos métodos didáticos fundamentados nos métodos norte-americanos, utilizando com base o livro *Introductory accounting* de Finney & Miller, após sua utilização na FEA-USP este livro passou a ser utilizado em quase todas as universidades de contabilidade no Brasil.

Com o aperfeiçoamento dos professores das universidades, desenvolveu-se a escola de correção monetária. Deixando de lado os ensinamentos com base nas escolas italianas, e adotando um novo método com influência nas escolas norte-americanas.

Durante o decorrer dos anos foram desenvolvidos outros estudos importantes para a escola de correção monetária, com destaque para a publicação da nova lei das Sociedades por Ações; análise e a interpretação das demonstrações financeiras no período em que o País vivenciava a mudança da moeda, do cruzeiro para cruzado.

Tendo em vista, a escola de correção monetária mostrou grande importância e influência no desenvolvimento econômico do País, pois suas doutrinas e princípios que norteavam a leitura contábil das entidades. Analisa-se, ainda, a inflação nas demonstrações contábeis com amparo de técnicas e conhecimentos para qualificar as informações prestadas nas demonstrações.

O ensino superior teve o seu ápice no início dos anos 90, no período em que ocorreu a globalização no País, porém a predominância era das universidades Privadas. Neste caso o acesso não era disponibilizado de forma igualitária a todos. Mas com o desenvolvimento de programas ofertados pelo Governo, ampliou as possibilidades de as pessoas ingressarem na universidade, ofertadas em ensino Federal, Estadual e Municipal.

A pesquisa de extensão é uma das variáveis deficitárias nas universidades, logo o egresso não possui a inspiração para buscar por uma pós-graduação com isto sente-se inseguro. A pós-graduação é uma das áreas em que o egresso desenvolve o seu potencial, e desta forma consegue estar repassando o seu conhecimento através da docência.

Atualmente a carreira de docência não apresenta um destaque entre as outras áreas, devido à baixa especialização, remuneração incompatível e também a falta de inspiração para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.

2.1.3 Capital Humano

O estudo do Capital humano tem como finalidade verificar a capacidade intelectual, levando em consideração as experiências obtidas no âmbito educacional e profissional do ser humano. Com as rápidas mudanças que ocorrem no mercado, nota-se que a demanda na





procura de especialização torna-se cada vez mais evidente. Fazendo com que a busca pelo diferencial se torne eminente.

O capital humano é necessário para que as entidades possam desenvolver-se, por meio da aplicação do conhecimento oferecido pelos funcionários. Mas para que a entidade consiga obter este resultado é necessário o investimento na educação, garantindo assim a satisfação e produtividade dos funcionários. Desta forma é válido que o ser humano busque a qualificação profissional para que consiga o seu espaço no mercado de trabalho, e aplicando este conhecimento na sua área de atuação.

De acordo com Wernke, Lembeck e Bronia (2003, p.5) o capital humano é “o valor acumulado de investimentos em treinamento, competência e futuro de um funcionário. Também pode ser descrito como competência do funcionário, capacidade de relacionamento e valores”.

Ao longo dos anos, o mercado tornou-se mais exigente na busca por profissionais capacitados. Dessa forma a demanda em especializar-se, tornou-se mais expansiva, devido às oportunidades oferecidas em sua área de atuação.

Desta forma nota-se que o capital humano é importante, pois é um meio pelo qual a entidade consegue obter o retorno econômico e notoriedade no mercado de ações, tendo como uma das vertentes o capital intelectual. Mas para que isto ocorra é necessário que a empresa estimule o profissional para o seu desenvolvimento, proporcionando a satisfação profissional e pessoal e, por conseguinte o retorno esperado pela empresa.

2.2 Áreas de Atuação

A contabilidade é uma ciência que possui diversas áreas de aplicabilidade, sendo utilizada como uma ferramenta para o desenvolvimento das entidades. Logo, é necessário que existam profissionais qualificados para o desenvolvimento das áreas a seguir: contador, tributária, auditoria, controladoria, perícia.

2.2.1 Auditoria

A auditoria surgiu primeiramente no Exterior, mais precisamente na Inglaterra devido à situação econômica que o País estava vivenciando na época, com a Revolução Industrial e também posteriormente a isto com a Crise de 1929. Sendo assim neste período a auditoria teve um aumento em relação a sua credibilidade, devido à necessidade da apresentação de informações fidedignas das ações que ainda existiam na bolsa de valores.

No Brasil em 1960, algumas empresas de auditoria se instalaram para iniciar esta análise no País, devido a grande influência no mercado estrangeiro. Mas somente em 1965 através da Lei 4728, que foi oficializada a auditoria independente. Com isto outros órgãos também se pronunciaram como o Banco Central do Brasil, criando padrões e normas, cujas partes obrigavam a todas as entidades financeiras a passar por estas auditorias para o seu desenvolvimento. Em 1971 surge o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), atualmente chamado de instituto dos auditores independentes do Brasil. Que foi





“desenvolvido com o objetivo de estabelecer a padronização da apresentação das informações divulgadas nos pareceres dos auditores”. (PEREZ, JR.; et al, 2011)

Em 1976 foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o objetivo de fiscalizar as companhias de capital aberto, atrelado a isto surgiu a Lei 6404 Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de padronização da apresentação das demonstrações contábeis das companhias de capital aberto.

O Conselho Federal de Contabilidade e a Comissão de Valores Mobiliários, publicaram resoluções nos quais estabeleciam que empresas de capital aberto deveriam publicar os seus demonstrativos contábeis com o parecer do auditor sobre a matéria. Surgindo então modelos de auditoria, a auditoria independente, auditoria externa, auditoria fiscal.

A auditoria independente é a auditoria exigida pelos órgãos reguladores que devem ocorrer nas entidades de capital aberto, no qual será analisado o cumprimento das normas Brasileiras de Contabilidade através das Leis, pronunciamentos contábeis existentes. Neste modelo de auditoria, o auditor não irá apresentar pareceres sobre a saúde da empresa. Além disso, este auditor não pode participar mais do que cinco anos destas análises e também não pode possuir vínculos familiares com os administradores da entidade.

Na auditoria interna a análise está mais voltada à parte gerencial da entidade, logo o auditor irá analisar procedimentos que possam aumentar o desempenho e reduzir custos, buscar melhoras para os administradores da empresa, bem como analisar e apresentar seu parecer sobre a saúde financeira da entidade.

A auditoria Fiscal é aquela voltada para a análise do cumprimento das obrigações fiscais tais como: impostos, taxas e contribuições de melhoria, para atuar nesta área o profissional é concursado em carreira pública, atuando em órgãos como Receita Federal, Tesouro Nacional.

2.2.2 Perícia

A perícia é uma das áreas da contabilidade que trata sobre a averiguação das informações patrimoniais da entidade. Tem como objetivo esclarecer informações e atos duvidosos de uma empresa. Sua responsabilidade é averiguar irregularidades em processos de âmbito judicial e extrajudicial.

Segundo o autor Ornelas (2011, p. 15) “A Perícia contábil inscreve-se num dos gêneros da prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das pessoas naturais ou jurídicas, e serve como meio de prova de determinados fatos ou de questões patrimoniais controvertidas”.

O pensamento de Sá (2010) vai ao encontro com o de Ornelas, explanando a ideia, de que a perícia é uma investigação das ocorrências do patrimônio, através de exames e vistorias nos quais o perito apresenta a sua opinião sobre a matéria analisada.

De acordo com Figueiredo (1999, p. 55) “a expressão perícia é originária do Latim PERÍCIA, que significa conhecimento que por sua vez é adquirido pela experiência”.





Para desenvolver a perícia devem-se seguir alguns métodos, estabelecidos na legislação contábil da perícia, no qual está inserido na NBC TP 01. Sendo apresentados os processos de execução, planejamento, termo de diligência, laudo e parecer pericial.

De acordo com a NBC TP 01 do Conselho Federal de Contabilidade

Esta Norma estabelece regras e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito, quando da realização de perícia contábil, no âmbito judicial, extrajudicial, mediante o esclarecimento dos aspectos e dos fatos do litígio por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação.

Os campos de atuação desta área estão elencados em perícia judicial e extrajudicial, na perícia extrajudicial está inserida a arbitral, estatutária e a voluntária. Na perícia judicial o órgão competente envolvido nesta situação é o Poder Judiciário, sendo assim este é o órgão que solicita investigação e a avaliação sobre a matéria para a certificação das ações processuais envolvidas.

Já na perícia estatal a classificação é voltada para a categoria de concursos públicos em áreas como: a Polícia Federal e o ministério Público. A Perícia voluntária é a solicitação de uma das partes para análise de uma empresa no qual o empresário verifica a necessidade desta análise para a sua gestão. Mas, dentre todos estes campos de atuação mencionados acima, a área em destaque é do perito judicial, devido a quantia de processos judiciais.

2.2.3 Controladoria

Esta área possui uma ligação ao planejamento da entidade, pois através deste é que se possui o domínio da empresa. Sua responsabilidade é de controlar o sistema de informação da entidade, originando informações para tomada de decisão.

O controller é a pessoa responsável na avaliação da empresa no âmbito gerencial, econômico e financeiro. Garantindo que as informações sejam fidedignas e levantadas em tempo hábil. Sua posição é junto ao diretor, sendo que é importante que detenha conhecimento das áreas da empresa, para assim identificar os erros e como ajustá-los dentro do cotidiano da entidade.

No entanto, esta pesquisa adota o conceito apresentado por Oliveira, Perez Jr. e Silva (2011, p.5), que definem “um departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de uma entidade, com ou sem fins lucrativos”.

Nesse sentido, Almeida, Parisi e Pereira (2001, p. 346) asseveram que a missão da Controladoria é “assegurar a otimização do resultado econômico da organização”. Para isso, é necessário que o profissional da Controladoria esteja participando ativamente da gestão empresarial, para que assim possa interagir e apoiar no processo de planejamento.





Em suma, Oliveira, Perez Jr. e Silva (2011, p.20-21) asseguram que “a Controladoria é vital para o planejamento a longo prazo de qualquer tipo de organização, com ou sem finalidades lucrativas”.

Sendo assim a controladoria tem como objetivo planejar e controlar as atividades da empresa, originando informações que auxiliem nas decisões tomadas pela entidade e na melhoria de resultados, visando a sua continuidade.

2.2.4 Gestão Tributária

A gestão tributária já estava presente desde a época do Brasil colônia, no qual Portugal utilizava esta ferramenta, por meio da cobrança do quinto Pau-Brasil. Neste caso quem almejasse a exploração da terra, deveria entregar a coroa portuguesa uma quinta parte de tudo produzido. Somente em 1822 com a independência do Brasil em relação a Portugal, foi desenvolvido um novo Sistema Tributário Nacional, neste período foi exposto que os tributos não seriam mais cobrados como anteriormente de maneira abusiva.

Inicialmente os recursos obtidos através da cobrança de impostos eram destinados ao País na sua administração, posteriormente ocorreu o desenvolvimento de tributo específico para os Estados, com isto ambos possuíam autonomia para a criação e cobrança dos tributos. Em 1922 foi desenvolvido o imposto sobre a renda de pessoa física e jurídica e também o Imposto de circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS).

Após este período o Brasil, desenvolveu impostos específicos na esfera da União, Estadual e Municipal, e também alguns benefícios fiscais para setores da industrialização e com isto auxiliar no desenvolvimento das entidades.

De acordo com POHLMANN (2012 p. 18), “Gestão tributária é o termo que se consolidou na literatura contábil para designar uma atuação mais abrangente do cargo de contador tributarista”.

O sistema tributário Brasileiro é uma esfera muito ampla, que possui muitas normas, e sempre estão em constante atualização e além disso, conter muitas obrigações acessórias nos quais o profissional da área deve apresentar as informações ao fisco para que consiga manter o controle de todos os tributos administrados por cada entidade.

O profissional que optar por esta especialização, de contador tributarista deve identificar-se com mudanças, pois é necessário muita leitura e discernimento para a aplicabilidade das alterações legislativas nas entidades. Tornando-se um gestor, e assim, por conseguinte identificando a melhor forma de tributação levando em consideração a atividade da empresa e todas as suas variáveis envolvidas, garantindo assim o melhor aproveitamento na efetiva cobrança de tributos existentes, atuando dentro da legalidade.

Arelado a isto o profissional desta área pode atuar como um perito tributarista, neste caso deve ser designado pelo juiz da ação para a averiguação dos fatos solicitados, isto ocorre em restituições ou compensações de impostos para uma entidade. Com isto o perito contador





e o perito auxiliar devem analisar e identificar todas estas informações solicitadas pelo juiz para desta forma apresentar o parecer sobre a causa julgada.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi de caráter descritiva e exploratória, com o objetivo de identificar o desenvolvimento dos egressos na contabilidade, associado à sua formação na Universidade Municipal de São José – USJ. A pesquisa exploratória tem por finalidade criar uma afinidade com o estudo que será abordado, e trazer com maior facilidade o levantamento de hipóteses para tal problema, sendo classificadas como pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2007). A pesquisa descritiva é composta por um conjunto de informações bibliográficas com intuito de estudar os fatos em destaque da pesquisa, em que o autor irá abordar, para evidenciar a sua realidade (TRIVINOS, 1987).

O estudo survey é uma análise com um grupo específico de pessoas, usualmente com pesquisa exploratória e descritiva. Para o desenvolvimento da pesquisa descritiva foi utilizado o método de pesquisa survey para resultar nos dados coletados, tendo como objetivo demonstrar as opiniões com o intuito de analisar as variantes do grupo pesquisado.

Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizados os recursos disponíveis em livros, periódicos, abordando os principais acontecimentos na contabilidade, desde o seu surgimento até os dias atuais.

Na análise da pesquisa foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo, abordando a interferência que a USJ proporcionou na vida dos egressos do curso Bacharel em ciências contábeis, no período de 2013 a 2017. Aplicando-se o questionário aos 194 egressos, no período de maio a julho de 2018, obtendo um retorno de 79 questionários respondidos, desta forma correspondendo a 41% dos egressos do curso.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base na fundamentação teórica, aplicou-se um questionário com os 194 egressos do curso de Ciências Contábeis da USJ, do período de 2013 a 2018. Sendo que destes 194 egressos, 79 responderam atingindo 40% da amostra. Com isto, serão apresentados os gráficos com os resultados obtidos.



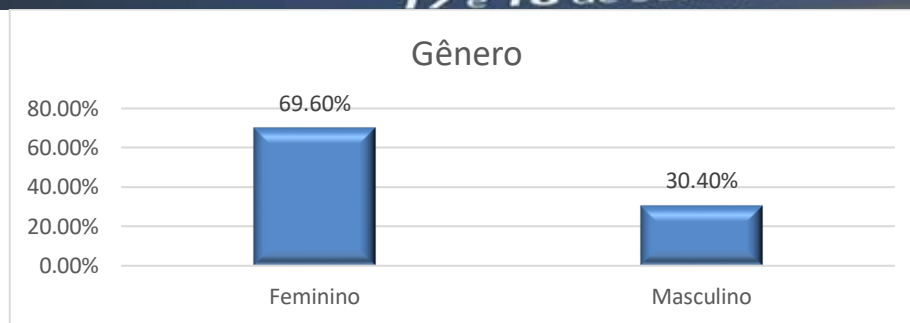


Gráfico 1 Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico, o público feminino tem maior predominância no curso de Ciências Contábeis, representando 70%, que corresponde a 55 mulheres, enquanto o público masculino apresentou 30%, correspondendo a 24 homens desta amostragem. Este indicador corrobora com a vasta oportunidade do mercado de trabalho, ofertado ao público feminino.

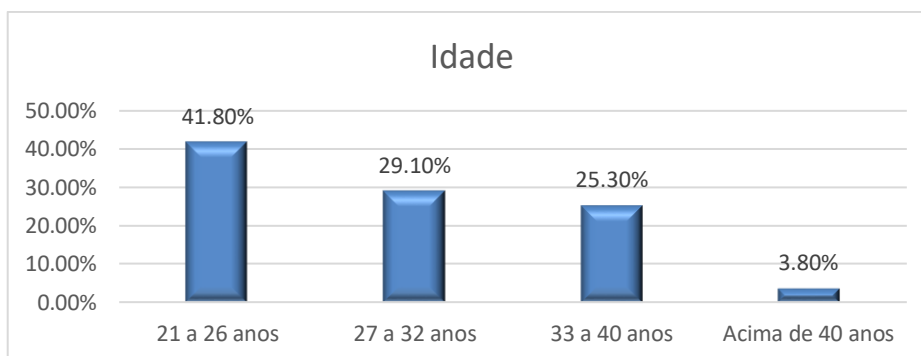


Gráfico 2 Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme apresentando na amostra o público da faixa etária de 21 a 26 anos representa 42% do grupo analisado, na sequência 29% é representado pelo grupo de 27 a 32 anos, e a faixa etária de 33 a 40 anos representa 25% do gráfico. A população acima de 40 anos compõe 4% da amostra. Com isto nota-se que a população de estudantes do curso de ciências contábeis do USJ é composta em sua maioria pelo público jovem, devido a busca pelo aperfeiçoamento para atender as necessidades estabelecidas pelo mercado. E associando ao incentivo na formação no ensino médio a inserção na universidade, após sua conclusão.

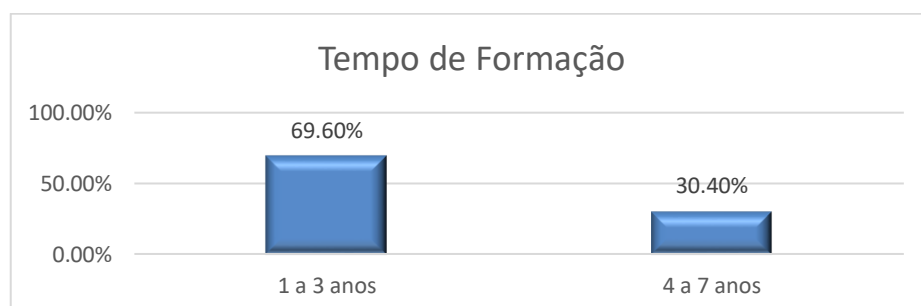


Gráfico 3 Fonte: Dados da Pesquisa





Na pesquisa realizada 70% dos egressos, estão classificados no grupo compreendido entre 1 a 3 anos de conclusão do curso, restando 30% que representa de 4 a 7 anos de conclusão do curso. Com isto nota-se que a demanda pelo curso aumentou no decorrer dos anos, atrelado às exigências estabelecidas no mercado de trabalho, logo a sua influência para novos horizontes veio despertar a busca pela especialização na área.

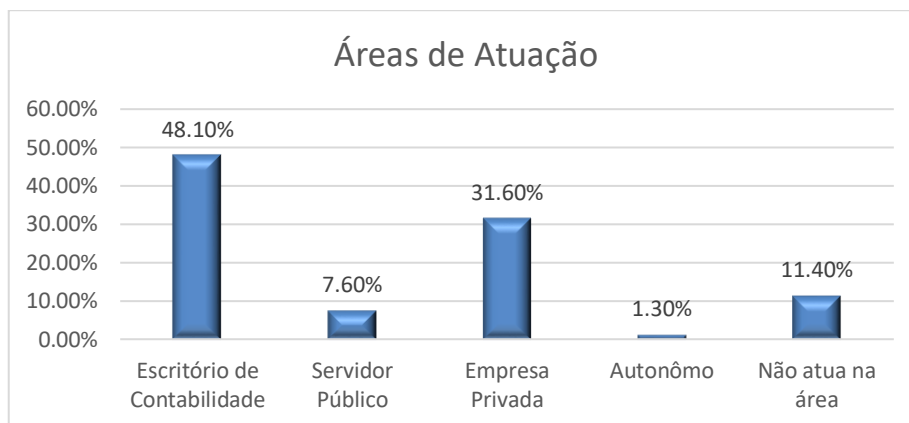


Gráfico 4 Fonte: Dados da Pesquisa

Dentre os entrevistados a área de maior destaque foi o escritório de contabilidade com a participação de 48%, já a empresa privada foi composta por 32% dos egressos, enquanto 11% não atuam na área, restando 8% na esfera do servidor Público e 1% da amostra é autônomo. Diante disto, verificou-se que a área de maior destaque foi do escritório de contabilidade devido curto tempo de formação dos egressos no período de 1 a 3 anos. Logo, identifica-se que 81% dos egressos atuam na área de contabilidade.

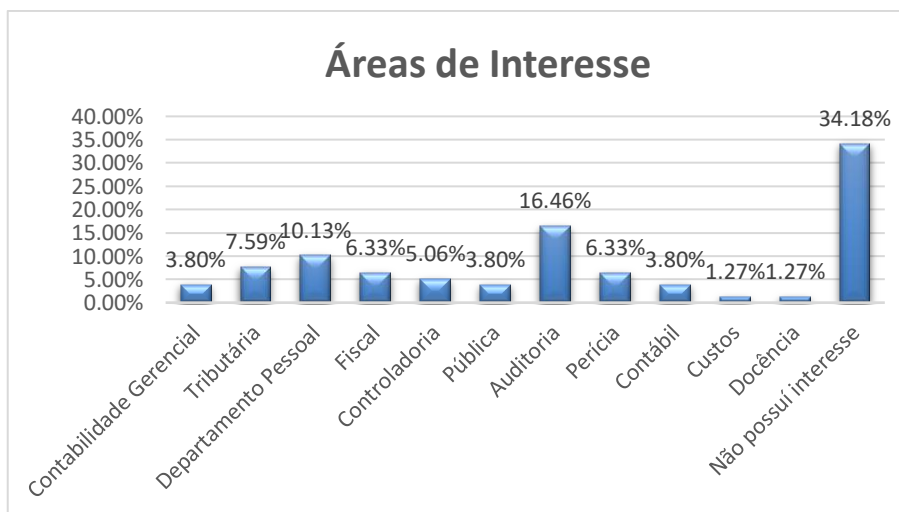


Gráfico 5 Fonte: Dados da Pesquisa

Na pesquisa identificou-se que existem diversas áreas de interesse entre os egressos, tendo maior ênfase na auditoria com a participação de 17% da amostra, enquanto a área de departamento pessoal obteve 10%. Diversas áreas tiveram participação como Tributária,





Perícia, Controladoria, porem conforme a pesquisa apontou poucos tiveram interesse na Docência, isto está relacionado com a desvalorização do capital humano nesta área e desta forma prejudicando a sequência na formação de novos contadores. Do mesmo modo apresentou dados consideráveis com o montante de 34% que não possuem interesse em se especializar, verificou-se que está relacionado com os egressos que já possuem mais de tempo de formação e um nível de salário mais baixo. O número da amostragem é expressivo, devido ao preço ser mais oneroso nos cursos de pós-graduação, não comportando com a média salarial dos egressos.

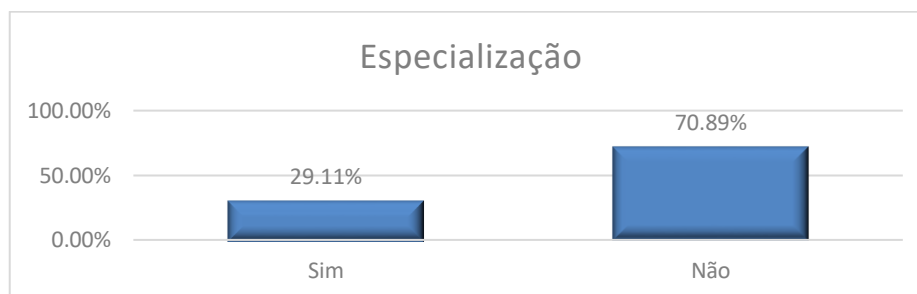


Gráfico 6 Fonte: Dados da Pesquisa

Na pesquisa identificou-se que a maioria dos egressos não possui especialização, representando o montante de 71% da análise, restando 29% da pesquisa. Com isto, nota-se que a maioria dos egressos não possui especialização, devido a sua idade e a sua estabilização no mercado e desta forma tornando-se profissionais desqualificados. Em contrapartida os egressos que buscam o seu aperfeiçoamento se destacam pelo seu diferencial perante aos seus concorrentes.

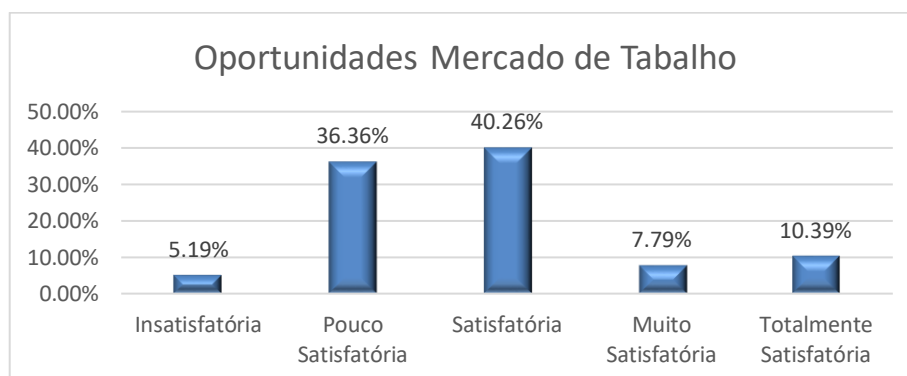


Gráfico 7 Fonte: Dados da Pesquisa

Nesta análise foi verificado o nível de satisfação dos egressos após a sua formação, na inserção no mercado de trabalho, diante disto mostra-se que 40% dos egressos identificaram como satisfatória, devido às oportunidades e o amplo campo de atuação na área da contabilidade, sendo que está parte da amostra possui interesse em especializar-se. Enquanto 36% consideram pouco satisfatória, devido à falta de oportunidades para ingressar no mercado de trabalho, por meio da falta de interesse na busca de aperfeiçoamento e desta forma não consegue manter-se no mercado de trabalho.



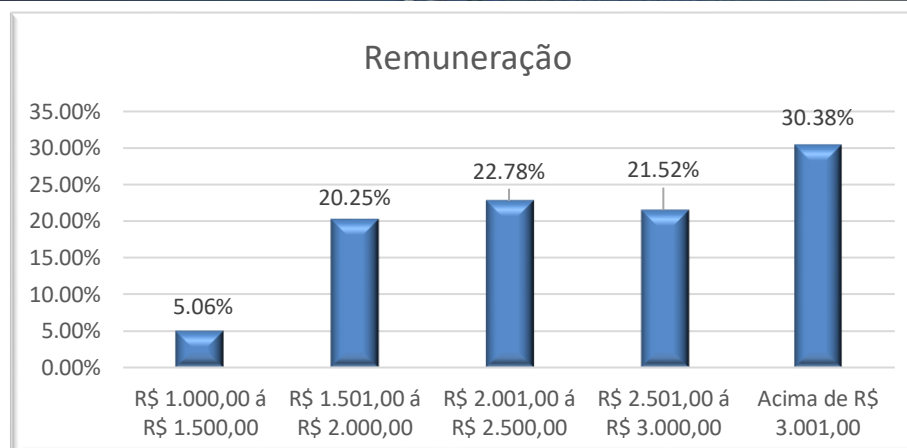


Gráfico 8 Fonte: Dados da Pesquisa

Foram apresentadas as remunerações dos egressos, evidenciando que 30% dos egressos possuem uma remuneração acima de R\$ 3.000,00. Enquanto 23% da amostra enquadram-se entre R\$ 2.001,00 á R\$ 2.500,00. Valores relevantes considerando que a amostra é composta por sua maioria de egressos entre um a três anos. Podemos observar que o grande número dos egressos que não possuem interesse em especializar-se são os egressos de maior idade, corroborando com o índice de salário baixo. Evidenciando que a falta de interesse faz com que se acomodem na sua realidade salarial, sem incentivos para a qualificação do capital intelectual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa, foi verificar a influência da Universidade Municipal de São José, que tange na atuação profissional dos egressos do curso Bacharel em Ciências Contábeis. Considerando a ascensão profissional concatenando ao que a instituição disponibilizou aos egressos durante a sua graduação, desenvolvendo o capital intelectual. Desta forma evidenciando a colocação dos egressos no mercado de trabalho, com o intuito de identificar os benefícios aproveitados por meio da universidade.

A pesquisa apresentou que o curso de ciências contábeis é constituído em sua maioria por uma faixa etária jovem, compreendido entre 21 a 26 anos. A contribuição desta pesquisa, foi disponibilizada por egressos entre um a três anos, que já possuem cargos consideráveis na área, atuando principalmente em escritório de contabilidade, exercendo as funções como, analista e supervisor, no qual demandam maior conhecimento e qualificação profissional. Todavia, uma parte da amostra composta por 34% não atua na diretamente na área, porem consideram-se realizados pessoalmente pela sua graduação e tornando-se um diferencial no mercado.

Notou-se que uma das áreas que teve baixo interesse de especialização foi à docência, correlacionado com o conhecimento de remuneração que os professores possuem desde o ensino médio, demonstrando uma desvalorização da profissão, e remuneração que geralmente é incompatível com a função. Desta forma, prejudicando o desenvolvimento do corpo docente



nas instituições. Porém, destacou-se que uma das áreas mais procuradas para a especialização foi a auditoria, haja vista, que é um segmento bem renumerado e que demanda uma qualificação diferenciada. Mas também, obtiveram resultados com índice expressivo de egressos que não possuem interesse em especialização, relacionado com a falta de incentivo das empresas em aprimorar o capital intelectual dos seus funcionários, outro fator foi a idade mais avançada dos egressos.

Os egressos se beneficiaram com a graduação, devido a sua colocação no âmbito profissional e o seu maior nível de renda, por conseguinte melhorar a competitividade no mercado.

Desta forma, a universidade teve a sua participação para a evolução da sociedade, porém, ainda é deficitária no campo de pesquisas, com a falta de incentivo na graduação para o aprimoramento dos egressos após a conclusão do curso. Viabilizando a sua inserção em uma especialização com parcerias em universidades que ofertam pós-graduação.

A USJ possui uma participação no desenvolvimento da atuação dos egressos no mercado, sendo que muitos consideraram como facilitadora para a sua inserção. Desta forma, os egressos demonstram uma preparação para atuar no mercado de trabalho. O conhecimento é o aprimoramento da ciência e a evolução profissional, dos egressos, isto nos leva a entender que a universidade contribui de maneira positiva para que não só o aluno se desenvolva, mas que contribua para que a sociedade melhore com profissionais mais capacitados.

Como sugestões para futuras pesquisas apresentou-se duas possibilidades de desenvolvimento: aplicar a mesma linha de estudo com o intuito de evidenciar a evolução dos egressos para uma possível comparação com os dados coletados e apresentados na pesquisa atual em um período mais abrangente, e a qualificação dos docentes do curso de Bacharel em Ciências Contábeis do USJ.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 456, 6 de julho de 1846.** Regulamento da aula de comércio do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-456-6-julho-1846-560426-publicacaooriginal-83232-pe.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1339, de janeiro de 1905.** Utilidade Pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

ALMEIDA, L. B.; PARISI, C.; PEREIRA, C. A. **Controladoria: uma abordagem da Gestão Econômica – Gecon.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BEZERRA, J. O.; LEMOS, U. M.; CONCEIÇÃO, S. H. **A Controladoria como Ferramenta Estratégica na Melhoria da Gestão de Pequenas Empresas.** Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. 2013. Disponível em: <





http://fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoE018.specialPosControladoria/Artigo101_121.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

BOING, N., J. **Responsabilidade civil dos profissionais de contabilidade: Estudo de acordo com o Código Civil**. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294073>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

BUGARIM, M. C. C., **A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislações, órgãos de fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2014. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/47120554.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

CARLIN, E. L. B.; HOOG, W. A. Z. **Manual de Auditoria Contábil**. 3º ed. Curitiba: Juruá, 2009.

Conselho Federal de Contabilidade. **70 Anos de Contabilidade**. Disponível em: <<http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Conselho Federal de Contabilidade. **O Conselho**. Disponível em: < http://www.portalcfc.org.br/o_conselho/>. Acesso em: 01 mai. 2018.

Conselho Federal de Contabilidade. **Resoluções e Ementas do CFC**. Disponível:<http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTP01>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CREPALDI, A. S. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FIGUEIREDO, A. N. M. D. **Roteiro Prático das Perícias Judiciais**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

FRANCO, A. P. **Ensino Superior no Brasil: cenários, avanços e contradições**. Paraná: Jornal de Políticas Educacionais. Jul./dez. 2008. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/15028/10076>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23 º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HANSEN, J. E. **A Evolução da Contabilidade: Da Idade Média a Regulamentação Americana**. Rio de Janeiro: Revista Pensar Contábil – Conselho Regional de Contabilidade, Ago- Out 2011. Disponível em: < <http://www.atenas.org.br/revista/ojs2.2.306/index.php/pensarcontabil/article/view/2408>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

HERRMANN F.JR. **Contabilidade Superior**. 8º ed. São Paulo: Editora Atlas, 1970.





LEONE, R. J. G.; LEONE, G. S. G. **Curso de Contabilidade de Custos**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, A. C. T. **Temas da Doutrina Científica de Contabilidade**. 1º ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas Seven System Internacional Ltda, 2009.

MARTINS, M. F. O. **Um Passeio Na Contabilidade, da Pré-História ao Novo Milênio**. Belém: Adcontar. Maio 2001. Disponível em: http://www.fapanpr.edu.br/site/docente/arquivos/Artigo_Um%20passeio%20na%20Contabilidade.pdf. Acesso em: 06 mai. 2018.

MELO, P. C. D. **Perícia Contábil**, 2º Ed. São Paulo: Editora Senac, 2016.

NAKAYAWA, M. **Gestão Estratégica de Custos: Conceitos, Sistemas e Implementação**. São Paulo: Atlas, 1991.

OLIVEIRA, L. M. D.; et al. **Controladoria Estratégica, Textos e Casos Práticos com Solução**. 8. ed. São Paulo: Altas, 2011.

ORNELAS, M. M. G. D. **Perícia Contábil**, 5º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

PELEIAS, I. R.; et al. **Evolução do Ensino de Contabilidade no Brasil: Uma Análise Histórica**. São Paulo: Revista Contabilidade & Finanças. Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2571/257119526003/>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

PEREZ, JR.; et al. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2º Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.

POHLMANN, M.C. **Contabilidade Tributária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012.

REIS, A. D. J., SILVA, S. L. **A História da Contabilidade no Brasil**. Salvador: Seminário Estudantil de Produção Científica. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299/247>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SÁ, A. L de. **Fundamentos da Contabilidade Geral**. 3º ed. (ano 2008), 2º reimpressão. Curitiba: Juruá, 2010.

SÁ, A. L. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

SÁ, A. L. **Perícia Contábil**, 10º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

SACRAMENTO, C. O. J. **O Ensino de Teoria da Contabilidade no Brasil**. São Paulo: Caderno de Estudos. Mai./ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200006>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **História do Pensamento Contábil**. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2008.





SILVA, E. C. **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas: Guia de Sobrevivência Empresarial**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Universidade Municipal de São José. **Sobre o USJ**. Disponível em: <<https://usj.edu.br/o-usj/>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

